Notícias do dia 29 de abril

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 7 | Número de veículos: 6

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - COLUNAS
TCE - GO
Luto - CAFÉ DA MANHÃ . . . 3

DIÁRIO CENTRAL - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Na última sessão ordinária da semana, o Plenário aprovou 18 matérias do Governo . . . 4

DIÁRIO DE GOIÁS ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Pregão de ônibus elétricos da Metrobus é adiado para o dia 6 de junho . . . 6

DIÁRIO DE GOIÁS ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
MP frustra os planos do Governo e leilão de ônibus elétricos do Eixo Anhanguera é adiado . . . 7

DIÁRIO DITO E FEITO - GO - ÚLTIMAS
TCE - GO
TCM aprova 100% Portal da Transparência de Três Ranhos . . . 8

GO IN FOCO - PALMEIRAS DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Lissauer Vieira inaugura nova sede da Alego . . . 9

BLOG DO ALTAIR TAVARES - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Metrobus adia pregão de ônibus elétricos para o dia 6 de junho . . . 12

Luto - CAFÉ DA MANHÃ

ULISSES AESSE

Faleceu ontem em **Goiânia**, dona Jaci de Araújo Barbosa, casada com o ex-deputado, ex-presidente do **TCE** e, também, escritor Eurico Barbosa. Dona Jaci completaria hoje 85 anos de idade. Seu corpo será cremado hoje de manhã, no Complexo Vale do Cerrado, na saída para o município de Trindade.

Neurológico

Dona Jaci estava internada no Hospital Neurológico desde a última segunda-feira, à noite, acometida por um AVC.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20220429

Na última sessão ordinária da semana, o Plenário aprovou 18 matérias do Governo

Na sessão ordinária híbrida desta quinta-feira, 28, o Plenário da Assembleia Legislativa aprovou 18 matérias.

Foram seis projetos de lei oriundos da Governadoria, um projeto de resolução por iniciativa da Mesa Diretora da **Alego**, um projeto de lei do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) e dez processos de autoria de deputados da Casa.

Dentre as matérias apreciadas na sessão desta tarde, 13 receberam o aval definitivo do Plenário e agora seguem para análise do governador **Ronaldo Caiado** (União Brasil), que poderá sancioná-las ou vetá-las. Outros cinco projetos foram aprovados em 1ª fase de votação e, portanto, ainda passarão pelo segundo turno de apreciação antes de serem remetidos à Governadoria.

A sessão foi aberta pelo presidente da Casa, deputado Lissauer Vieira (PSD), e contou com a participação dos deputados nos formatos presencial e remoto. Com a anuência dos parlamentares, as votações nominais - com registro no placar eletrônico - foram substituídas por votações simbólicas, modelo no qual não é necessário registrar nominalmente os votos favoráveis.

Concluída a pauta de votações da Ordem do Dia, o presidente em exercício, deputado Álvaro Guimarães (União Brasil) declarou encerrada a sessão, convocando reunião subsequente da Comissão Mista. Ele também convocou sessão solene para às 9 horas, desta sexta-feira, 29, e sessão ordinária híbrida para a próxima terça-feira, 3, em horário regimental.

Matérias do Governo Recebeu destaque entre as discussões o projeto nº 1866/22, aprovado em primeira discussão e votação, que modifica legislação vigente (Lei nº 16.690/09) para autorizar o reajuste das bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de **Goiás** (**Fapeg**). A autorização contempla bolsas de pesquisa e formação científica, de mestrado, doutorado, estágio pós- -doutoral e de apoio técnico à pessoa física e subvenção e transferência de capital a pessoa jurídica pública ou privada.

A proposta é oriunda de solicitação da própria **Fapeg**, que tem o objetivo de alterar a disposição sobre a definição dos valores e dos prazos de duração das bolsas. "Com isso, pretende-se afastar a restrição prevista à limitação dos valores das bolsas de formação científica, mestrado e doutorado àqueles correspondentes aos programas federais operados pelo Ministério da Educação (MEC) e/ou Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)".

Já o projeto de lei n° 1696/22 foi aprovado com os votos contrários dos deputados Alysson Lima (PSB), Antônio Gomide (PT), Delegada Adriana Accorsi (PT), Delegado Eduardo Prado (PL), Karlos Cabral (PSB) e Lêda Borges (PSDB). O texto tem o objetivo de estabelecer critérios para o reequilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos firmados pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra). O Poder Executivo justifica que a revisão contratual é necessária devido às consequências socioeconômicas da pandemia de covid-19.

No processo nº 1865/22, a Governadoria autoriza a abertura de crédito especial destinado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) até o valor de R$ 4 milhões.

Com base em argumentos da Seapa e da Secretaria de Estado da **Economia**, Caiado ressalta que a proposta de crédito adicional especial está adequada às normas orçamentárias vigentes.

"A propositura conforma- -se com a execução dos projetos prioritários do Governo de **Goiás** e visa a redução de despesas com o transporte e a deposição de resíduos sólidos em aterro sanitário.

Pretende-se adquirir e implantar uma unidade de processamento de resíduos sólidos por meio de um processo de biodigestão e geração de biofertilizante com a consequente diminuição dos impactos ambientais. O pleito se viabilizará com recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, em obediência ao previsto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964".

O projeto de nº 1867/22 também autoriza abertura de crédito especial. Nessa propositura o valor é de até R$ 24.177.000,00, destinados à apropriação de despesas obrigatórias relacionadas no art. 17, da Lei nº 21.064 (Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2022), de 21 de julho de 2021.

A proposição é oriunda de solicitação da Secretaria de Estado da **Economia**, segundo a qual, após análise técnica, verificou- -se que algumas unidades não incluíram em seus orçamentos ações específicas para fazer face a despesas obrigatórias dispostas em lei.

Também foi aprovado, em fase definitiva, o projeto nº 1863/22, que autoriza permuta de imóvel entre o Estado de **Goiás** e o município de Israelândia. A área total possui 5.975 m², sendo aproximadamente 630 m² já edificados.

A matéria nº 1864/22 autoriza o Poder Executivo a adquirir, por meio de doação onerosa do município de Sítio d'Abadia, o imóvel com 2.419,64 m2.

De acordo com o titular da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEL), o recebimento da doação visa a execução do convênio firmado entre a pasta e o Ministério da Cidadania, que disponibilizará o valor de R$ 2 milhões para a construção de campos de futebol soçaite em 10 municípios goianos.

Tribunal de Contas O projeto de lei nº 1849/22, encaminhado pelo **TCE**-GO, também recebeu aval definitivo do Plenário. O texto faz alterações na Lei Estadual nº 15.122, de 4 de fevereiro de 2005.

De acordo com a matéria, a alteração legislativa busca adotar um único turno de funcionamento, de seis horas diárias e ininterruptas, tanto para a execução dos trabalhos dos servidores quanto para o atendimento do órgão ao público externo.

"Almeja-se com a medida a redução de gastos com a máquina administrativa, sem prejudicar ou diminuir a qualidade do serviço", destaca o texto.

Governadoria veta proposta que dispõe sobre o transporte de alunos

O Poder Executivo vetou integralmente, através do projeto nº 1745/22, o autógrafo de lei nº 50, de 23 de março de 2022, que altera a Lei nº 14.556, de 7 de outubro de 2003, que dispõe sobre o transporte de alunos da rede estadual de ensino e o decreto nº 5.902, de 12 de fevereiro de 2004, que a regulamenta. A proposta é oriunda do projeto nº 0908/22, de autoria do deputado Talles Barreto (UB). A proposta tem o objetivo de estabelecer a destinação dos recursos financeiros que o Estado transfere aos municípios pela execução indireta do transporte dos alunos da rede estadual de ensino. Essa destinação pretende custear o pagamento de petróleo, aluguel, manutenção, compra de ônibus, bem como implantação e conservação das paradas ou dos pontos do transporte escolar. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) atestou que o transporte de alunos da rede estadual de ensino é de responsabilidade do Estado, que poderá efetuá-lo direta ou indiretamente mediante termo de responsabilidade firmado com o município no qual os alunos residem. A PGE informou que não é possível a interferência na autonomia constitucional assegurada ao Executivo. "O acréscimo do inciso 3º ao art. 3º adentra matéria privativa à iniciativa do Chefe do Executivo, notadamente por interferir na organização, na gestão administrativa e na atribuição da Secretaria de Estado da Educação (Seduc)), o que viola, dessa forma, os preceitos do inciso II do inciso 1º do art. 20 da Constituição do Estado de **Goiás**", ressalta o órgão. A proposta foi encaminhada às comissões técnicas para devida avaliação.

Site: http://diariocentral.com.br/website/pdf/1219.pdf

Pregão de ônibus elétricos da Metrobus é adiado para o dia 6 de junho

Domingos Ketelbey

A Metrobus decidiu adiar o pregão de aluguel de ônibus elétricos que irão operar no Eixo Anhanguera para o dia 6 de junho. O despacho em resposta ao Ministério Público foi enviado nesta quinta-feira (28/04) e o Diário de **Goiás** teve acesso em primeira mão nesta sexta-feira (29/04). A decisão acata a recomendação da promotora Leila Maria de Oliveira que solicitava a suspensão do leilão que estva marcado para a próxima quarta-feira (04/05).

O despacho atende a recomendação e garante que responderá em até 20 dias os questionamentos solicitados pela promotora. Também ressalta que todo o processo foi feito de forma transparente e em conformidade com os critérios estabelecidos e reforça que houve consulta pública em torno da questão do aluguel dos 114 ônibus elétricos.

LEIA TAMBÉM: Resposta a recomendação de promotora sobre aluguel de ônibus elétricos atrasará licitação

"De igual modo, também em exercício de liberalidade, no intuito de obter o máximo de análises críticas e ponderações, levou a pretensa contratação ao conhecimento prévio da SEDI - Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação e da CGE - Controladoria-Geral do Estado, que resultaram em pontuais recomendações e sugestões, imediatamente aceitas e incorporadas ao Processo e ao Instrumento Editalício", pontua um trecho do documento.

NÃO DEIXE DE LER: Caiado diz que não entendeu recomendação do MP em suspender licitação de ônibus elétricos

O texto também pontua que para além de "comunicar o **TCE** - **Tribunal de Contas do Estado**, via registro em sistema próprio daquele órgão de controle externo, tomou a iniciativa de solicitar audiência com o **Conselheiro** responsável para expor detalhadamente aspectos da licitação". O documento também lembra que o próprio Ministério Público participou por meio de um grupo de trabalho das discussões. A Metrobus nesse sentido, "colocou-se à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que porventura se fizessem presentes."

Assinado pelo presidente da companhia, Francisco Caldas, o texto diz que o adiamento do pregão poderá resultar na consequente comprometimento da frota, haja vista que o cronograma de substituição dos atuais veículos, que já estão em situação precária, sofrerá alterações.

Por isso, solicitou que o assunto seja resolvido no período mais breve. "Determino dar [.] celeridade que o caso requer, junto ao **TCE** e ao MP-**GO**, no sentido de prestar todos os esclarecimentos necessários, visando assim a mitigação dos prejuízos à população usuária dos serviços prestados pela Metrobus, posto que, como já dito, haverá um aumento de tempo na utilização da frota atual, que, como cediço, vem apresentando rendimento operacional abaixo do desejável", pontuou.

Site: https://diariodegoias.com.br/pregao-de-onibus-eletricos-da-metrobus-e-adiado-para-o-dia-6-de-junho/

MP frustra os planos do Governo e leilão de ônibus elétricos do Eixo Anhanguera é adiado

Domingos Ketelbey

A Metrobus decidiu adiar o pregão de aluguel de ônibus elétricos que irão operar no Eixo Anhanguera para o dia 6 de junho. O despacho em resposta ao Ministério Público foi enviado nesta quinta-feira (28/04) e o Diário de **Goiás** teve acesso em primeira mão nesta sexta-feira (29/04). A decisão acata a recomendação da promotora Leila Maria de Oliveira que solicitava a suspensão do leilão que estva marcado para a próxima quarta-feira (04/05).

O despacho atende a recomendação e garante que responderá em até 20 dias os questionamentos solicitados pela promotora. Também ressalta que todo o processo foi feito de forma transparente e em conformidade com os critérios estabelecidos e reforça que houve consulta pública em torno da questão do aluguel dos 114 ônibus elétricos.

LEIA TAMBÉM: Resposta a recomendação de promotora sobre aluguel de ônibus elétricos atrasará licitação

"De igual modo, também em exercício de liberalidade, no intuito de obter o máximo de análises críticas e ponderações, levou a pretensa contratação ao conhecimento prévio da SEDI - Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação e da CGE - Controladoria-Geral do Estado, que resultaram em pontuais recomendações e sugestões, imediatamente aceitas e incorporadas ao Processo e ao Instrumento Editalício", pontua um trecho do documento.

NÃO DEIXE DE LER: Caiado diz que não entendeu recomendação do MP em suspender licitação de ônibus elétricos

O texto também pontua que para além de "comunicar o **TCE** - **Tribunal de Contas do Estado**, via registro em sistema próprio daquele órgão de controle externo, tomou a iniciativa de solicitar audiência com o **Conselheiro** responsável para expor detalhadamente aspectos da licitação". O documento também lembra que o próprio Ministério Público participou por meio de um grupo de trabalho das discussões. A Metrobus nesse sentido, "colocou-se à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que porventura se fizessem presentes."

Assinado pelo presidente da companhia, Francisco Caldas, o texto diz que o adiamento do pregão poderá resultar na consequente comprometimento da frota, haja vista que o cronograma de substituição dos atuais veículos, que já estão em situação precária, sofrerá alterações.

Por isso, solicitou que o assunto seja resolvido no período mais breve. "Determino dar [.] celeridade que o caso requer, junto ao **TCE** e ao MP-**GO**, no sentido de prestar todos os esclarecimentos necessários, visando assim a mitigação dos prejuízos à população usuária dos serviços prestados pela Metrobus, posto que, como já dito, haverá um aumento de tempo na utilização da frota atual, que, como cediço, vem apresentando rendimento operacional abaixo do desejável", pontuou.

Site: https://diariodegoias.com.br/mp-frustra-os-planos-do-governo-e-leilao-de-onibus-eletricos-do-eixo-anhanguera-e-adiado/

TCM aprova 100% Portal da Transparência de Três Ranhos

Muita gente não tem conhecimento, mas todos os órgãos públicos, municipais, estaduais e federais são fiscalizados pelos tribunais de contas. Por isso, Câmaras municipais, Prefeituras e o Governo Federal são obrigados a criar e manter Portais de Transparência na internet, devidamente atualizados com todos os atos que realizam. Por exemplo, tudo que os prefeitos dos 5.570 municípios brasileiros fazem deve ser postado no Portal da Transparência do seu município, e para isso são fiscalizados e avaliados periodicamente pelo **Tribunal de Contas do estado**.

Avaliação feita pelo Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, recentemente, concluiu que, das 246 cidades goianas, 206 estão com seus portais irregulares, ou seja, apenas 40 alcançaram a nota máxima. Entre os 13 primeiros aprovados (todos tiveram 100% de aprovação) está o Portal da Transparência de Três Ranchos. Essa é uma informação de grande importância para os habitantes daquele município, pois, significa que a gestão atual mostra tudo o que acontece dentro da administração.

Para os especialistas, " município que consegue prestar contas também é mais eficiente na prestação de serviços ". É, exatamente, o caso de Três Ranchos, onde a prefeitura vem realizando muitas e importantes obras que beneficiam a todos. Onde também a transparência é uma marca evidente, todos os atos dos agentes públicos são conhecidos e divulgados para o conhecimento da população local.

Site: http://www.jornalditoefeito.com.br/tcm-aprova-100-portal-da-transparencia-de-tres-ranhos/

Lissauer Vieira inaugura nova sede da Alego

#Política | Coube ao presidente da Assembleia Legislativa de **Goiás**, deputado Lissauer Vieira concluir as obras da nova sede do Poder Legislativo goiano, iniciadas há 17 anos. Mesmo com as dificuldades da pandemia, a gestão focou na conclusão da obra que foi inaugurada na quarta-feira (27). Desde março, as atividades já estão sendo realizadas no "Palácio Maguito Vilela". Foram 20 anos entre a idealização da nova sede e a inauguração.

A cerimônia contou com a presença do governador Ronaldo Caiado, do prefeito de **Goiânia**, Rogério Cruz, do presidente do Tribunal de Justiça de **Goiás**, desembargador Carlos França, de deputados e inúmeras autoridades e servidores, além de familiares do ex-governador e ex-prefeito de **Goiânia**, Maguito Vilela, que morreu vítima de Covid-19 e teve seu nome homenageado com o nome da nova sede da **Alego**.

O evento teve início às 9 horas, com o ato protocolar de hasteamento das bandeiras e execução do Hino Nacional. Em seguida, houve a inauguração do busto de Maguito Vilela, obra do artista plástico e escultor goiano Cleider de Souza, que fica em frente à entrada principal do prédio. Então as autoridades procederam a um dos momentos mais simbólicos do evento: o corte da fita inaugural da nova sede. A partir daí, a Casa foi, oficialmente, declarada aberta ao povo goiano.

Já dentro do prédio, os convidados participaram da inauguração da galeria dos ex-presidentes e do descerramento da placa em homenagem aos 41 deputados da 19ª Legislatura. Das 63 fotos da galeria dos ex-presidentes, 15 novas foram acrescentadas, dentre elas, 13 cópias das que estão na antiga sede do poder Legislativo na cidade de **Goiás**, no período em que essa foi capital do estado. Outras duas fotos foram restauradas. Todas as imagens são trabalho do artista plástico Amaury Menezes, inclusive a mais recente, do atual presidente da Assembleia Legislativa.

Chefe do Legislativo

Em seu discurso, Lissauer Vieira fez uma retrospectiva da história da construção da nova sede e disse que a construção do Palácio Maguito Vilela representa a coroação da sua liderança e gestão comprometida com todos os Poderes do Estado de **Goiás**, e, especialmente, com a população. "Esta nova Casa agora faz parte da história do povo goiano, que junto com o Parlamento constrói o futuro de **Goiás**. A Assembleia representa todos os cidadãos, todos os municípios, e aqui dialogamos sobre todos os assuntos que impactam na vida da população", destacou o presidente.

Lissauer Vieira fez, também, questão de agradecer ao governador Ronaldo Caiado (UB). "Quero dizer da minha alegria e gratidão por estar apoiando uma gestão comprometida com o povo de **Goiás**, numa gestão harmoniosa e transparente." Ele lembrou que muitas pessoas não acreditaram que a obra pudesse ser entregue na atual gestão. "Mas fomos firmes, determinados, e hoje estamos colhendo os frutos dessa postura. É a realização de um sonho que foi sonhado por muitos", destacou o presidente.

Lissauer falou, ainda, sobre o reconhecimento feito na denominação da nova sede do Parlamento goiano. "Maguito Vilela foi uma grande perda para **Goiás**. Hoje temos a honra de prestar a ele a nossa mais sincera homenagem." Em nome da família, Vanessa Carvalho Vilela, filha do político homenageado, fez o agradecimento pelo reconhecimento do trabalho de seu pai. "Essa é, sem dúvida, a homenagem recebida que mais o alegraria, pois foi aqui, nesta Casa de Leis, que ele se projetou para seguir em frente na sua carreira política sempre vitoriosa. Hoje, compartilhamos nosso agradecimento e gratidão por esta homenagem prestada. Entendendo que se trata de um reconhecimento ao trabalho e história de um homem que lutou por justiça social."

Poder Executivo

O governador Ronaldo Caiado destacou ser uma honra poder participar desse momento histórico. Disse que sua origem política e sua vida passam, boa parte, pelo Parlamento e que, por isso, é um apaixonado pelo Legislativo. E sublinhou o aspecto emblemático que a Casa de Leis possui. "Estamos aqui em abril de 2022 e vamos, agora, imaginar lá na nossa querida cidade de **Goiás**, na Rua D"Abadia, no ano de 1895, quando iniciava-se o Parlamento do Estado de **Goiás**. Daquela sede, hoje chegamos a esta construção. Uma obra imponente e que leva alguns a se perguntarem o motivo de tudo isso. A resposta é simples. É porque nenhum poder representa o povo na sua totalidade a não ser o Poder Legislativo. Esta Casa não é dos deputados e sim do povo goiano", ressaltou o governador.

Caiado disse que a sociedade deve se orgulhar de estar recebendo essa obra moderna, atual, e digna da

importância dos goianos. Ressaltou, ainda, que o Poder Legislativo ensina o que é democracia. "O que sai desta Casa é resultado de entendimentos, aqui não tem aquele que seja o determinante na sua vontade. Para se construir maioria, seja de uma lei, uma emenda, ou qualquer outra coisa, é preciso habilidade, concessões e, no sentido republicano, negociar. É no Parlamento que as pessoas entendem que não são donas da verdade e isso, indiscutivelmente, molda as pessoas para o regime democrático. Então, temos aqui no parlamento uma escola capaz de formar líderes. Pessoas capazes de amanhã representar a política do estado com altivez."

Ele falou também da importância da sintonia dos três Poderes e agradeceu aos demais representantes desses Poderes pela parceria. Destacou a liderança de Lissauer Vieira, presidente da Casa, e enalteceu sua importância na solução de problemas e embates que a política apresenta a cada dia. "Você é um homem preparado para a vida pública. Tenho a certeza que a política de **Goiás** espera muito de você numa trajetória de continuidade para que **Goiás**, cada vez mais, se firme na boa política. Além de bom legislador, você é um exímio gestor. Essa obra é um exemplo disso. O que era apenas um projeto e que com o passar dos anos se transformou em um "lixão", em poucos meses, por sua mão, deixou de ser sonho e se tornou realidade."

O governador saudou, também, a importância daquele que foi vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal constituinte, senador, vice-governador e, por fim, governador de **Goiás**, Maguito Vilela, que morreu em janeiro de 2021, vítima de complicações da covid-19, e que dá nome à nova sede.

Poder Judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-**GO**), desembargador Carlos França, ao fazer uso da palavra, realçou a importância da nova sede para os cidadãos de **Goiás**. "A Casa de Leis poderá atender com eficiência a sociedade e prestar ainda melhor serviço ao estado. O Poder Judiciário tem a satisfação de participar desse momento muito relevante para a democracia de **Goiás**", disse França que ressaltou, ainda, acreditar que agora os debates e encontros que caracterizam o poder, serão cada vez mais profícuos, em benefício da sociedade goiana.

França parabenizou Lissauer Vieira pela conclusão da obra em tão pouco tempo. "Uma obra grandiosa. Esse palácio Legislativo irá, com certeza, acrescentar mais nessa harmonia e maior produção legislativa para o estado de **Goiás**." Por fim, assim como fez o governador Ronaldo Caiado, o presidente do Judiciário também enalteceu a homenagem do Parlamento de **Goiás** ao advogado, político e ex-governador Maguito Vilela.

Demais autoridades presentes

Dentre os presentes ao evento estavam, além dos chefes dos três Poderes estaduais; a primeira-dama, Gracinha Caiado; o prefeito de **Goiânia**, Rogério Cruz (Republicanos); o arcebispo de **Goiânia**, João Justino; e o pastor Josué Gouveia; o desembargador Itamar de Lima; Representando a família do ex-governador Maguito Vilela, estavam os filhos Daniel, Miguel, e Vanessa Carvalho Vilela, a irmã Nice Helena Vilela e a viúva, Flávia Teles.

Fizeram parte ainda da lista de autoridades o presidente da Câmara de Vereadores de **Goiânia**, Romário Policarpo (Patriota); o procurador-geral de Justiça, Ailton Vecchi; o defensor público-geral em exercício, Tiago Gregório Fernandes; o corregedor-geral do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**), **conselheiro Sebastião Tejota**; o vice-presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de **Goiás** (TCM-**GO**), **conselheiro** Daniel Goulart; e o presidente da Federação do Comércio do Estado de **Goiás** (Fecomércio), Marcelo Baiocchi Carneiro, representante do Fórum das entidades empresariais de **Goiás**.

E, ainda, o vice-presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), deputado estadual por Pernambuco, Diogo Moraes (PSB); o representante da Base Aérea de Anápolis, major aviador Émerson Chaves Cezar; a reitora da Universidade Federal de **Goiás** (UFG), professora Angelita Pereira de Lima; o presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM) e prefeito de Goianira, Carlão da Fox (UB); o prefeito de Rio Verde, Paulo do Vale; o pastor Josué Gouveia; o deputado federal Célio Silveira (MDB).

Fecham a lista os ex-presidentes da Casa Jardel Sebba, Samuel Almeida e Fábio de Sousa; o presidente da JL Construtora, engenheiro civil João Luiz Felix; o **conselheiro** do TCM-**GO**, Humberto Aidar; a secretária-geral da OAB, Talita Haiasaki; o prefeito de Luziânia, Diego Sorgatto (UB); o ex-deputado Maycllyn Carreiro (PRTB); além dos deputados que compõem a 19º Legislatura, Álvaro Guimarães (UB), Amauri Ribeiro (UB), Amilton Filho (MDB), Antônio Gomide (PT), Bruno Peixoto (UB), Cairo Salim (PSD), Charles Bento (MDB), Chico KGL (UB), Coronel Adailton (PRTB), Delegado Eduardo Prado (PL), Francisco Oliveira (MDB), Helio de Sousa (PSDB), Jeferson Rodrigues (Republicanos), Julio Pina (PRTB), Karlos Cabral (PSB), Lêda Borges (PSDB), Major Araújo (PL), Max Menezes (PSD),

Rafael Gouveia (Republicanos), Rubens Marques (UB), Talles Barreto (UB), Thiago Albernaz (MDB), Tião Caroço (UB), Virmondes Cruvinel Filho (UB), Wagner Neto (PRTB), e Wilde Cambão (PSD).

Também marcaram presença na solenidade vários secretários de Estado, secretários de **Goiânia**, e comitivas de vereadores e lideranças de vários municípios goianos.

Histórico

A construção da nova sede teve início, em 2005, na gestão de Samuel Almeida, que fez o lançamento da maquete e da pedra fundamental da construção. O trabalho foi paralisado por três vezes, sendo a última delas em 2015, com a rescisão do contrato com a construtora. Entre 2017 e 2018, foi criado um grupo de trabalho, dentro da **Alego**, que elaborou o planejamento de retomada das obras, com uma revisão geral de todos os projetos, já obsoletos, da nova sede. Uma nova licitação foi realizada e as obras foram retomadas no início de 2019, momento que foi um verdadeiro divisor de águas: a partir daí os serviços não pararam e houve, inclusive, a antecipação da entrega do prédio, em oito meses.

Durante a cerimônia de entrega, o engenheiro civil João Luís Félix, presidente da JL Construções Civis, comemorou o resultado do trabalho da empresa, apesar de desafios como a pandemia em decorrência da covid-19, e problemas como falta de materiais e do aumento dos custos de insumos de construção civil. Segundo Félix, no decorrer dos últimos três anos, mais de mil colaboradores, dos quais, cerca de 90% são de **Goiânia**, estiveram, ininterruptamente, envolvidos no desenvolvimento até a entrega da obra. "Pela sua complexidade, pela sua forma e pelo seu sistema todo, como vocês puderam ver no vídeo de automação, é uma obra na qual, durante esses três anos, nós trabalhamos de sol a sol, para chegarmos nesse dia com esse sentimento do dever cumprido", afirmou.

Estrutura

O Palácio Maguito Vilela tem área total construída de 44.528,71 m² e torna possível à população acompanhar, ainda mais de perto, as atividades desenvolvidas na Casa. O novo plenário, por exemplo, teve a galeria ampliada e, agora, passa a contar com capacidade para mais de 200 pessoas. A estrutura conta, ainda, com uma sala dedicada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), dois miniplenários, um auditório com capacidade para 600 pessoas, 11 salas de comissões temáticas, cinco salas de reuniões, além de 44 gabinetes para os deputados, seis gabinetes dedicados à Mesa Diretora, mais Escola do Legislativo, restaurante-escola, lanchonetes, área de atendimento de saúde, departamentos administrativos e presidência.

Outro diferencial da nova Casa é a disponibilidade de estacionamento. Uma das principais reclamações dos visitantes, em relação ao prédio anterior - Alfredo Nasser - era quanto à falta de vagas, principalmente para as comitivas do interior do estado. Questão que será solucionada pelas mais de mil vagas de estacionamentos oferecidas no Palácio Maguito Vilela.

O cuidado com a sustentabilidade também é uma referência: o prédio conta com sistema de captação de água gerada pelo sistema de ar-condicionado e da chuva; área permeável e 20 caixas de recarga; uso de ventilação e iluminação natural em áreas comuns, reduzindo consumo de energia; e estrutura para coleta seletiva e separação total de resíduos.

Para Lissauer Vieira, a nova sede é uma conquista para todos os goianos, já que ao longo de quase dois séculos, finalmente o Parlamento goiano possui uma sede própria e um espaço à altura dos mais de 7 milhões de goianos, com estrutura adequada para receber a população que visita a Casa de Leis diariamente. "O grande objetivo dessa nova Casa é ser um local digno para os cidadãos, afinal, esse prédio é um patrimônio público, construído em nossa gestão, mas executado para o povo. Nós somos passageiros no Poder Legislativo, mas trabalhamos para garantir a conquista para os goianos, que são, de fato, os grandes beneficiados."

Fotos: Agência de Notícias **Alego**

Site: https://goinfoco.com.br/lissauer-vieira-inaugura-nova-sede-da-alego/

Metrobus adia pregão de ônibus elétricos para o dia 6 de junho

Leonardo Calazenço

Após o Ministério Público de **Goiás** (MP-**GO**) recomendar a suspensão imediata do Pregão Eletrônico que estava previsto para acontecer no dia 4 de maio, para locação de 114 ônibus elétricos que irá substituir a frota do Eixo Anhanguera, a Metrobus adiou o pregão de aluguel para o dia 6 de junho, o despacho foi publicado nesta sexta-feira (29).

A decisão acata a recomendação da promotora Leila Maria de Oliveira que solicitava a suspensão do leilão que estva marcado para a próxima quarta-feira (04/05).

O despacho atende a recomendação e garante que responderá em até 20 dias os questionamentos solicitados pela promotora. Conforme consta no documento, todo o processo foi feito de forma transparente e em conformidade com os critérios estabelecidos. Ainda destaca-se que houve consulta pública em torno da questão do aluguel dos ônibus elétricos.

Ainda de acordo com o texto, além de "comunicar o **TCE** - **Tribunal de Contas do Estado**, via registro em sistema próprio do órgão de controle externo, tomou a iniciativa de solicitar audiência com o **Conselheiro** responsável para expor detalhadamente aspectos da licitação. O documento destaca aiinda que o próprio Ministério Público participou por meio de um grupo de trabalho das discussões. A Metrobus nesse sentido, "colocou-se à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que porventura se fizessem presentes."

No documento, assinado pelo presidente da companhia, Francisco Caldas, diz que o adiamento do pregão pode trazer comprometimento da frota, haja vista que o cronograma de substituição dos atuais veículos, que já estão em situação precária, sofrerá alterações. Por conta disso, foi determinado que o assunto seja resolvido o mais breve possível.

Leia também:

Site: https://altairtavares.com.br/metrobus-adia-pregao-de-onibus-eletricos-para-o-dia-6-de-junho/